

Política



NO PORTAL Isonomia. Ministra Gleisi Hoffmann diz que espera rigor da Justiça no julgamento de outros escândalos estadão.com.br/e/gleisi

Investigação. Titular da Justiça, Cardozo afirma ainda que texto com acusações contra tucanos e aliados saiu das mãos do deputado estadual licenciado Simão Pedro (PT), e não do Cade, que investiga formalmente ilegalidades no sistema metroferroviário de São Paulo

Ministro diz ter enviado à PF relatório que cita propina do cartel de trens a deputados

**Fausto Macedo
Fernando Gallo**

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou ontem que foi ele o responsável pelo envio à Polícia Federal de um relatório sobre o cartel de trens que cita corrupção envolvendo políticos ligados a Geraldo Alckmin (PSDB), entre eles o chefe da Casa Civil do governador paulista, Edson Aparecido. Cardozo informou ainda ter recebido o texto, elaborado pelo ex-diretor da Siemens Everton Rheinheimer, das mãos do deputado estadual licenciado Simão Pedro (PT), hoje secretário de Serviços da Prefeitura de São Paulo.

As informações constam de nota oficial divulgada ontem pelo Ministério da Justiça e contradizem um memorando de 11 de junho do delegado Braulio Cezar da Silva Galloni, coordenador-geral de Polícia Fazendária da Polícia Federal de Brasília. Esse memorando anunciava o encaminhamento das acusações contra os tucanos aos policiais federais paulistas. Nele, o delegado dizia expressamente que o relatório com as denúncias tinha chegado a ele via Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Aquela altura, o Cade já havia fechado um acordo de leniência com a Siemens e investigava oficialmente o cartel de trens em São Paulo e no Distrito Federal. O acordo de leniência, porém, não citava corrupção. Já o relatório do ex-diretor da Siemens, sim. O conteúdo desse relatório foi revelado pelo Estado na quinta-feira.

Cardozo diz, na nota de ontem, que repassou a papelada para a Polícia Federal, órgão que é submetido ao seu ministério, “no estrito cumprimento do dever legal, para as devidas investigações”. O Cade, a quem o delegado de Brasília atribuía a origem do relatório com as acusações contra tucanos, é uma autarquia do mesmo ministério. Ou seja, também é submetido a Cardozo.

Ainda na quinta-feira, quando a reportagem foi publicada, o Cade divulgou nota dizendo que não havia recebido ou enviado qualquer relatório aos federais.

Relações antigas. Simão Pedro, que, segundo a nota do Ministério da Justiça, entregou o relatório com as acusações contra os tucanos para Cardozo, é autor, como deputado estadual, de duas representações ao Ministério Público sobre o cartel.

**'Rotina'.
Assessoria de
Cardozo diz ser
'comum' ministro
receber
documentos**



O petista tem se empenhado para que o escândalo seja investigado. Ele e o ministro integram a mesma corrente política do PT, a “Mensagem ao Partido”.

O hoje secretário municipal de Haddad também é próximo do presidente do Cade, Vinícius Carvalho. Antigo militante petista, Carvalho trabalhou como chefe de gabinete de Simão Pedro na Assembleia Legislativa paulista.

Pelo fato de ter omitido essa relação em cinco currículos oficiais – inclusive em material entregue aos senadores que aprovaram sua indicação ao cargo –, o presidente do Cade foi recentemente advertido pela Comissão de Ética da Presidência da República.

No relatório com as denúncias contra políticos tucanos, o ex-diretor da Siemens cita três vezes o nome de Simão Pedro. Nas duas primeiras, diz que foi com base em informações suas que o

petista fez as representações protocoladas no Ministério Público paulista, e que ambos se reuniram com três promotores. Na outra, afirma que, com a ajuda do petista, encontrou-se por duas vezes com o presidente do Cade “para orientá-lo sobre alguns aspectos importantes do acordo de leniência a ser assinado entre o órgão e a Siemens”.

O ex-diretor diz ainda que ajudou Carvalho a elaborar a lista de nomes e endereços para a execução dos mandados de busca e apreensão pela Polícia Federal, “de forma que nenhum nome, fato ou documento importante fosse omitido pelas empresas”.

Em contato telefônico ontem, o secretário de Haddad foi questionado sobre as informações prestadas por Cardozo e sobre sua relação com Rheinheimer. Ele pediu alguns minutos para responder e disse que ligaria de volta. Porém, não atendeu mais as ligações. Duas horas depois, enviou uma mensagem de texto por celular dizendo que em 15 minutos encaminharia uma nota comentando o assunto. Contudo, 20 minutos à frente enviou novo torpedo: “Não vou me manifestar por enquanto”.

Colegas de Carvalho relataram ontem que ele estava “angustiado” e “indignado” com pressões que passou a sofrer de políticos tucanos citados no relatório do ex-diretor da Siemens.

Até o relatório escrito por Rheinheimer ser revelado, apenas ex-diretores de estatais paulistas eram citados como beneficiários de propina do cartel de trens. Os políticos negam qualquer relação como esquema.

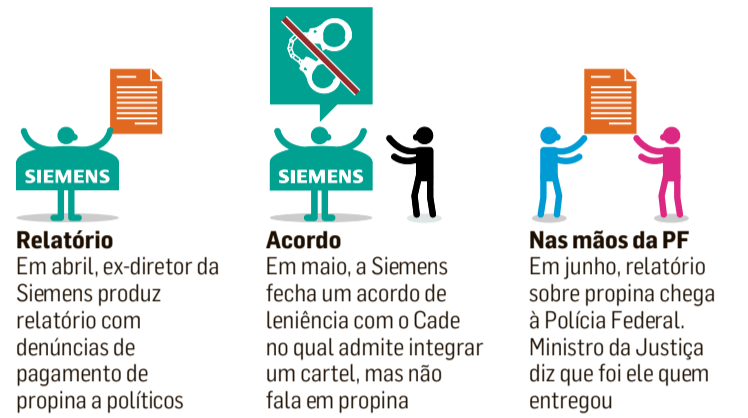
O depoimento de Rheinheimer à PF oficialmente está encartado aos autos do inquérito que investiga o cartel dos trens e corrupção no setor metroferroviário de governos do PSDB, entre 1998 e 2008. A medida é comum: faz parte do acordo para que os investigados não tenham acesso às revelações do delator.

Proteção. Para se proteger ainda mais, o ex-diretor prestou, no dia 5 de novembro “termo de declarações” no inquérito da PF em que diz se “reservar ao direito de permanecer em silêncio”. Esse tipo de procedimento é usual nos acordos de delação.

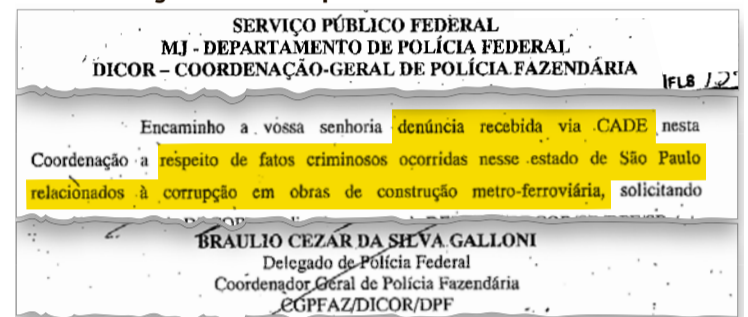
Rheinheimer diz, na própria nota que divulgou ontem, estar

CAMINHO DA DENÚNCIA

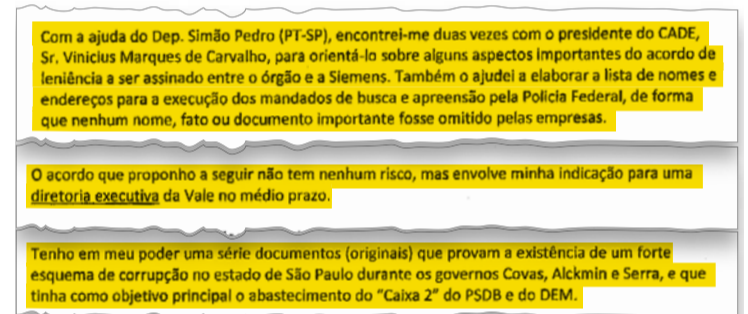
● Relatório que sugere pagamento de propina a políticos chegou à Polícia Federal em junho



Ofício do delegado de Brasília para São Paulo



Trechos do relatório do ex-diretor da Siemens



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Pressionado por delação, ex-diretor afirma que documento é ‘anônimo’

Ex-executivo da Siemens que escreveu relatório que cita propinas recua em nota e aponta ‘distorção’ no que foi publicado

Horas depois de o Ministério da Justiça assumir a autoria do repasse do relatório com acusações contra tucanos à Polícia Federal, o ex-diretor da Siemens Everton Rheinheimer também divulgou uma nota. Nela, disse

que o documento com as denúncias “é anônimo”. “Eu nunca encaminhei tal documento ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica ou à Polícia Federal.”

Apesar de tentar se esquivar da autoria do relatório que faz parte dos autos do inquérito da Polícia Federal que investiga cartel e corrupção no sistema metroferroviário dos governos do PSDB entre 1998 e 2008, Rheinheimer fez uma delação premiada, na Polícia Federal e no Ministério Público Estadual.

Nessa delação premiada, mantida em sigilo, ele confirma os dados do relatório revelado pelo Estado na quinta-feira. Em troca da delação, o ex-executivo da Siemens pode obter redução de pena ou perdão judicial – no texto que divulgou ontem, ele diz que “sempre colaborou com as autoridades competentes” e que “jamais fez acusações levianas”.

O pacto de delação impõe uma série de condições, entre elas a blindagem do delator, com a preservação de sua identidade.

Texto aponta acerto em contratos que ainda estão em vigor

Relatório produzido pelo ex-diretor da Siemens diz que cartel atuou em licitações que envolvem R\$ 2,2 bi em São Paulo

O documento produzido pelo ex-diretor da Siemens Everton Rheinheimer e entregue à Polícia Federal em junho afirma que houve formação de cartel em mais quatro contratos firmados pela empresa com o governo de São Paulo. Em maio, a multinacional alemã já tinha apontado ilegalidades em outros cinco na autodenúncia feita ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Os quatro contratos, para reforma dos trens das Linhas 1 e 3 do Metrô, ainda estão vigentes. A Polícia Federal e o Ministério Público apuram se o cartel, que segundo a Siemens durou de 1998 a 2008, atuou para além do que alega a própria empresa.

Rheinheimer é um dos seis executivos da multinacional que assinaram o acordo de leniência com o Cade. Ele trabalhou por 22 anos na empresa alemã, que deixou em 2007, quando ocupava o cargo de diretor da divisão de transportes.

Os contratos citados por ele no relatório hoje anexado a um inquérito da Polícia Federal somam R\$ 2,2 bilhões em valores corrigidos. Eles foram celebrados em 2008 e 2009, durante o governo José Serra (PSDB), e têm duração de 68 meses.

Além da Siemens, as empresas Alstom, Iesa, Bombardier, Tejofran, Temoinsa, TTrans e MPE foram contratadas para reformar 98 trens das linhas 1 e 3 do Metrô. Eram quatro consórcios, e cada um ficou com um lote – houve uma única proposta por lote.

Rheinheimer escreveu ter sido informado sobre a presença do cartel nesses contratos por Ronaldo Moriyama, ex-sócio da MGE Transportes, empresa sus-

Para Metrô, acusações não são confiáveis

● Procurado, o Metrô afirmou que as acusações “vieram de um documento apócrifo, não assinado, cuja autoria foi atribuída a uma pessoa que não admite e aponta nelas distorções”.

Sob pressão, Everton Rheinheimer afirmou ontem, por meio de

peita de ser uma das rotas da propina paga pela Siemens. Segundo investigadores, a multinacional subcontratava a MGE, que sacava propina em dinheiro em valores sempre abaixo de R\$ 10 mil.

“Segundo informações do Ronaldo Moriyama, ex-diretor e ex-sócio da MGE, empresa subcontratada pelo Siemens para executar parte da reforma dos

notas, que as informações do relatório “foram distorcidas e não condizem com a realidade”.

A Siemens afirmou que “todas as investigações atuais referentes ao setor metroferroviário têm como fonte a denúncia da Siemens que, em suas investigações internas desde 2008, não encontrou evidências de corrupção”, mas não comentou a acusação sobre os contratos atuais.

O advogado de Ronaldo Moriyama, José Luis Oliveira Lima, dis-

trens, houve formação de cartel neste projeto”, escreveu Rheinheimer no documento em posse da Polícia Federal que agora ele afirma ser “anônimo”.

Segundo o ex-diretor, “a participação da MGE no projeto tem, obviamente, um único propósito: viabilizar o pagamento de propina ao pessoal do Metrô, já que as novas regras de complian-

ce que “as acusações são levianas e desprovidas de qualquer plausibilidade”. “Ronaldo Moriyama jamais teve esse tipo de diálogo com o sr. Everton. As medidas cabíveis serão tomadas.”

A Alstom, que integrou um consórcio com a Siemens em um dos lotes, sustentou que “está colaborando com as autoridades e não informará mais detalhes devido ao sigilo dos mesmos”. A Bombardier negou “qualquer relação com a empresa MGE”.

ce adotadas pela Siemens após o escândalo de corrupção não permitam mais o pagamento direto pela própria empresa, como foi o caso da Linha 5 do Metrô”.

O executivo ainda afirmou que “a Siemens não precisa da MGE para executar os serviços, pois dispõe de uma oficina específica para esta finalidade no interior”. “A Siemens não iria

“O documento mencionado, assim como todo o restante da investigação, é sigiloso.” “Sendo assim, não posso comentar sobre o que consta do inquérito. Porém, vejo-me na obrigação de esclarecer que os documentos devassados e as informações publicadas como se fossem de minha autoria, foram distorcidos e não condizem com a realidade.”

No Cade, ele esteve pelo menos duas vezes. Reuniu-se com Vinícius Carvalho, presidente do conselho. A primeira vez, no ano passado. A segunda no fim do primeiro semestre – quando reclamou que o acordo de leniência da Siemens tratava apenas do cartel e não citava suspeitas de corrupção. / FAUSTO MACEDO

abrir mão de faturamento sem nenhuma razão. É óbvio que houve um motivo mais forte para a subcontratação da MGE.”

Competição baixa. O Tribunal de Contas do Estado, que ainda não terminou de analisar os contratos, em sua única avaliação até o momento afirmou que “não se verificou grande competitividade” na concorrência. “Não houve propriamente uma disputa licitatória, mas uma atividade de consorciamento”, sustentou em 2010 o então conselheiro Eduardo Bittencourt, hoje aposentado. Ele voltaria a fazer os mesmos reparos em 2011, após as partes apresentarem suas razões.

O conselheiro Dimas Ramalho, que herdou o caso, oficiou autoridades públicas para se manifestarem sobre as concorrências. Em despacho, ele disse haver “possibilidade de ocorrência de suposta fraude no caráter competitivo dessas licitações dado que as licitantes estão sendo investigadas em decorrência de acordo de leniência celebrado com o Cade”. / FAUSTO MACEDO, FERNANDO GALLO e RICARDO CHAPOLA